



PED DO PPSP

FUP e demais entidades apresentam proposta alternativa com seus últimos ajustes

A FUP e demais entidades sindicais, com o apoio de todas as entidades associativas, representantes dos assistidos e participantes da Petros, apresentaram, no GT PETROS, na quinta, dia 6/12, proposta para substituir o atual Plano de Equacionamento do Déficit – PED do PPSP – com seus últimos ajustes.

Essa proposta visa eliminar os atuais e futuros déficits dos Planos Petros do Sistema Petrobras – PPSP-R (repectuados) e PPSP-NR (não repectuados).

Caso aprovada e implementa-

da, essa proposta irá reduzir significativamente os valores absurdos, impostos pelo atual PED do PPSP, que estão sendo descontados dos participantes e assistidos, além de garantir soluções para os problemas estruturais dos planos, possibilitando a sua sustentabilidade futura e a não ocorrência de novos déficits.

A FUP espera que as alternativas apresentadas sejam analisadas ainda este ano pela diretoria da Petrobras e pelos órgãos de fiscalização e controle, antes da mudança de governo.



A proposta, inicialmente aprovada em agosto, pela categoria, na VII Plenária Nacional da FUP, foi ajustada depois de amplo debate com as demais entidades sindicais e associativas e representa o esforço máximo da Federação para garantir a unidade

de todos os participantes e assistidos do PPSP-R e do PPSP-NR, no sentido de construir uma alternativa viável de equacionamento desses planos, que penalize, o mínimo possível, esses participantes e assistidos e garanta a perenidade desses planos.

A diretoria do Sindipetro Bahia deseja aos aposentados e pensionistas um feliz Natal e um Ano Novo próspero e também de muita união, pois o espírito de solidariedade será imprescindível em 2019.

Este ano que começa não será fácil, vamos ter que enfrentar muitas adversidades, pois o novo governo já sinalizou que vem com tudo para retirar muitos dos nossos direitos, conquistados com muita luta.

Vamos precisar de todo mundo para que a nossa AMS e Petros continuem existindo nos padrões atuais.

Que em 2019 estejamos mais juntos e, assim, fortalecidos.

“A única luta que se perde é a que se abandona. Não se pode viver sem esperança” – Pepe Mujica



Página 2
Resoluções CGPAR 22 e 23 colocam em risco o futuro da AMS

Página 3
Confira a retrospectiva da luta da FUP e seus sindicatos para garantir a continuidade dos planos Petros do Sistema Petrobras (PPSP-R e PPSP-NR)

COMISSÃO DA AMS

Futuro da AMS em risco

Em reunião da Comissão da AMS (Assistência Médica Suplementar do Sistema Petrobrás), realizada na quarta-feira, 5/12, a FUP e seus sindicatos manifestaram preocupação com os impactos das Resoluções 22 e 23 da Comissão Intermunicipal de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR). Ambas as medidas alteram as regras dos programas de saúde geridos por empresas estatais federais, prejudicando milhares de trabalhadores do setor público.

A Petrobrás informou que tem até janeiro de 2022 para implementar os ajustes nas regras de elegibilidade e de custeio da AMS e está estudando um plano de ação para atender às resoluções da CGPAR.

O RH apresentou uma avaliação preliminar do que mudará na AMS, com base em parecer jurídico externo que será discutido com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST).

O diretor da FUP, Paulo César Martin, alertou para os impactos que as resoluções terão na vida dos trabalhadores e de seus familiares. “Estamos diante de mudanças profundas e radicais na AMS, que influenciam a vida de todos os trabalhadores, dos nossos dependentes, aposentados e pensionistas. Se não dermos os efeitos dessas resoluções, haverá resistência e isso, certamente,

será um ponto determinante da campanha reivindicatória e influenciará o fechamento do ACT”, afirmou.

Precarização do atendimento

Durante a reunião, a FUP também relatou uma série de dificuldades de atendimento e problemas de gestão da AMS, que vêm prejudicando os petroleiros e seus dependentes. Descredenciamento de clínicas e hospitais, suspensão de atendimentos, falta de cobertura para procedimentos, desatualização de dados da rede de credenciados, problemas no Programam de Assistência Especial (PAE), alteração de procedimentos referentes à perícia odontológica, dentre vários outros problemas têm causado diversos transtornos para os usuários da AMS em todas as regiões do país.

Somam-se a isso as queixas em relação à dificuldade de utilização dos canais de atendimento e as situações de inadimplência que os beneficiários vêm enfrentando, mas que poderiam ser resolvidas pela Petrobrás.

Descredenciamentos e suspensão de atendimentos

A FUP criticou duramente as dificuldades de atendimento da AMS, princi-

palmente após a entrada da empresa Gama/CRC na operação do sistema, e cobrou providências urgentes da Petrobrás. Os beneficiários continuam reclamando de diversos descredenciamentos, suspensão de atendimentos, além de uma série de obstáculos para autorização de procedimentos.

Os dirigentes da FUP denunciaram que a suspensão dos atendimentos está ocorrendo devido a ineficiência da operadora Gama/CRC, que tem, inúmeras vezes, atrasado a liberação dos pagamentos dos credenciados.

Uma das constatações da perda da qualidade de atendimento da AMS foi o relatório apresentado pela Petrobrás, registrando que, entre 2016 e 2018, as denúncias geradas por reclamações de usuários junto à Agência Nacional de Saúde (ANS) subiram de 24 para 69. Só

este ano, essas reclamações já resultaram em multas de R\$ 1,958 milhão à empresa.

Benefício Farmácia

O Benefício Farmácia foi outro ponto que a FUP enfocou na reunião e cobrou solução para os principais problemas relatados pelos beneficiários. Foram feitos questionamentos em relação à demora no processamento de dados de reembolso, dificuldades de acesso ao site do benefício no portal da AMS, entre outros problemas.

Ao final da reunião, foi definida a realização de uma nova campanha de esclarecimento quanto às mudanças e a forma de utilização do novo Benefício Farmácia.

Fonte: FUP



Após denúncia das entidades sindicais no MPT, confira o andamento do Inquérito Civil contra as Resoluções CGPAR 22 e 23

As entidades sindicais representativas dos trabalhadores das estatais federais de todo o Brasil (Petrobrás, Eletrobrás, CEF, BB, BNDES etc) ingressaram com denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho em Brasília (DF), contra as Resoluções CGPAR 22 e 23. Na oportunidade, a FUP esteve presente. Os dirigentes sindicais relataram no documento todas as irregularidades dessas Resoluções que atacam os direitos dos empregados dessas empresas estatais nos seus planos de saúde. Confira como está o andamento dessa denúncia no MPT:

Procedimento Preparatório de Inquérito Civil nº 2005246.2018.10.000/9

Após as denúncias e feita a apreciação prévia, o MPT-DF abriu prazo

às entidades denunciadoras para que indicassem as empresas públicas que, concretamente, já possuem medidas específicas ou sinalização potencial para o cumprimento das Resoluções CGPAR nºs 22 e 23.

A FUP se manifestou informando que a Petrobrás já vem tomando medidas para o cumprimento das Resoluções. Apontou-se que nos editais não há mais menção expressa à “assistência multidisciplinar de saúde (médica, odontológica, psicológica e hospitalar) e Benefício Farmácia”, conforme editais anteriores. Desta forma, a Petrobrás já cumpre a Resolução 23 no seu artigo 11: “Os editais de processos seletivos para admissão de empregados das empresas estatais federais não deverão prever o oferecimento de benefícios de assistência

à saúde”. Tendo em vista que todo o plano de saúde e benefício farmácia é detalhado em Acordo Coletivo de Trabalho, a Petrobrás já se prepara para cumprimento da Resolução. A Resolução 23 da CGPAR art. 15 dispõe que “as empresas estatais federais que possuam o benefício de assistência à saúde, previsto em Acordos Coletivos de Trabalho ACT, deverão tomar as providências necessárias para que, nas futuras negociações, a previsão constante no ACT se limite à garantia do benefício de assistência à saúde, sem previsão de qualquer detalhamento do mesmo”.

Ato contínuo, em audiência no dia 29/11/2018, representantes da SEST, CGPAR e União se reuniram em audiência com o Exmo. Sr. Procurador do Trabalho. Foi informado pelos represen-

tantes da secretaria que “as Resoluções estabelecidas pela CGPAR propõem diretrizes, limites gerais e parâmetros básicos para a cobertura de planos de saúde fornecidos pelas empresas estatais”. Informaram ainda “que não há interesse em anular acordos ou convenções coletivas ou desrespeitar direitos adquiridos”, mas, no entanto, “buscou-se a sustentabilidade dos planos oferecidos e das próprias empresas envolvidas”. Informaram que “boa parte das questões problemáticas envolve o que se denomina ‘pós-emprego’ (cobertura de aposentados)”.

A audiência foi encerrada e o Procurador irá analisar decisão prolatada pelo TRF 1ª Região quanto à liminar concedida aos associados da ANABB.

RETROSPECTIVA

Equacionamento: uma história de luta que ainda continua



Desde a aprovação do equacionamento do Plano Petros 1 (PED do PPSP) pelo valor máximo, feita pelo Conselho Deliberativo da Fundação, em setembro de 2017, com os votos contrários dos Conselheiros eleitos, que a FUP e o Sindipetro Bahia vêm buscando alternativas para evitar que os participantes e assistidos paguem uma conta salgada, proveniente de problemas estruturais que são de responsabilidade exclusiva dos gestores e cuja maior parcela deveria ser paga pela Petrobrás, que tem dívidas com o plano.

O Conselheiro Deliberativo eleito da Petros, Paulo César Martin (PC), lembra da luta travada e das negociações para que o equacionamento fosse aplicado pelo valor mínimo nominal. "A FUP reconhece que o PP1 precisa de novos aportes financeiros, mas isso deveria ser feito de forma que não penalizasse tanto a categoria", defendeu PC, nas reuniões do Conselho.

Nesse sentido, desde 2001, tramita na

justiça, uma Ação Civil Pública – ACPU, em que a FUP e seus sindicatos cobram as dívidas que as patrocinadoras ainda têm com o plano.

No final de 2017, durante a aprovação desse PED, a FUP e seus sindicatos fizeram uma ocupação no prédio da PETROS e conseguiram arrancar o compromisso de se instituir um Grupo de Trabalho, o GT da Petros, formado por representantes da FUP/Sindicatos, Petrobrás e Petros, para encontrar soluções e alternativas ao déficit do Plano Petros. Esse GT iniciou seus trabalhos em novembro de 2017.

Logo no seu início, os membros do GT PETROS estiveram em Brasília, na PREVIC, para tentar a suspensão da cobrança das contribuições extraordinárias decorrentes do PED do PPSP, mas sem sucesso.

Em 2018, a partir de março, a Petros colocou em prática a cobrança do equacionamento, penalizando e inviabilizando o orçamento de milhares de famílias, que

de uma hora para outra, tiveram sua renda reduzida de forma drástica.

A partir daí, deu-se início a uma guerra judicial, onde diversos sindicatos conquistaram liminares na justiça, suspendendo a cobrança do equacionamento. O Sindipetro Bahia obteve a liminar no mês de março, obrigando a Fundação a limitar o equacionamento ao excedente do limite técnico, o que, na prática, resultou na suspensão da cobrança do equacionamento.

Infelizmente, somente em julho, a PETROS passou a cumprir essa liminar. A direção da nossa Fundação se utilizou de diversos artifícios jurídicos para adiar o cumprimento da decisão. Essa diretoria questionou a abrangência da liminar, pleiteando que fosse limitada apenas aos sindicalizados, e não a toda categoria como requereu o Sindipetro. A juíza não atendeu à solicitação da Petros, reiterando que a liminar permanecia válida para "todos os participantes e assistidos, sindicalizados ou não, integrantes do plano de benefícios de previdência complementar no Estado da Bahia".

Dando prosseguimento aos trâmites do processo, a assessoria jurídica do Sindipetro protocolizou petição denunciando o descumprimento parcial da decisão judicial pela Petros, pois parte dos beneficiados permaneceram suportando os descontos relacionados ao equacionamento, em especial os participantes que residem na Bahia, mas laboram em outros estados, bem como que a Petros não procedeu a restituição dos valores indevidamente descontados.

Causa estranheza o interesse da PREVIC na ação do PP1

Mas no dia 14/8, a assessoria jurídica do Sindipetro foi surpreendida com a informação que a Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

havia comunicado ter interesse na ação. Em 9/11, o juiz titular da 7ª Vara Cível e Comercial de Salvador (BA), apreciou a petição protocolizada pela PREVIC, e proferiu decisão reconhecendo a incompetência absoluta da Justiça Estadual para processar e julgar o feito, determinando que o processo seja encaminhado à redistribuição da Justiça Federal.

O que causa perplexidade é que, apesar de existirem diversas outras ações judiciais em trâmite no Brasil questionando o equacionamento imposto pela Petros, a Previc só tem manifestado interesse naquelas ações em que houve deferimento de decisões favoráveis aos autores, o que leva ao questionamento se o interesse, em verdade, é o de acompanhar o andamento do feito ou apenas retirar o processo daqueles Juízos em que houve reconhecimento do direito dos participantes, como no caso da ação proposta pelo Sindipetro Bahia.

Importante esclarecer que, apesar de todo o esforço da Petros em revogar os efeitos da decisão liminar deferida, o Sindipetro Bahia, por meio de sua assessoria jurídica, tem conseguido manter a suspensão do equacionamento, resultado este que deverá ser mantido pelo menos até que outra decisão, se for o caso, seja proferida pela Justiça Federal.

Enquanto isso, o GT da Petros vem discutindo e tentando encontrar outras formas de equacionar esse déficit, que onerem menos os participantes e assistidos. Nesse sentido, na última quinta, os representantes sindicais, com o apoio das entidades associativas, enviou uma proposta alternativa, com seus últimos ajustes, que deverá ser encaminhada para deliberação da Diretoria Executiva da PETROS e, em seguida, pelo Conselho Deliberativo da PETROS e os órgãos de fiscalização da PETROS, a PREVIC, e da Petrobrás, a SEST.

Por onde anda você?

O petroleiro Ósimo Sales quer saber por onde anda Joselino dos Santos Palmeira, conhecido por Pintado. Eles trabalharam juntos na sonda 47 do DINOR. Ósimo era

plataformista e Pintado era sondador. Ele quer muito saber o paradeiro do amigo, que não vê há cerca de 45 anos.

Já o petroleiro Edson Rocha Lobo está à

procura de Evódio Cardoso. Quem souber informações sobre Joselino e Evódio, favor entrar em contato com o número

(71) 3034-9309.

CARAVANA DA INFORMAÇÃO

Reuniões continuam a partir da segunda quinzena de janeiro

Devido às constantes reuniões do GT da Petros, que vêm buscando formas alternativas para resolver o problema do equacionamento e minimizar os prejuízos que os assistidos e participantes estão tendo por causa

de uma decisão unilateral e equivocada da direção da Petros, não foi possível realizar as reuniões da Caravana da Informação no mês de dezembro. Mas voltaremos na segunda quinzena de janeiro com novidades e, quem

sabe, com boas notícias para todos. O Sindipetro irá entrar em contato com você, por meio de ligação telefônica, para informar a data e local das reuniões, quando abordaremos as negociações e propostas da FUP

e seus sindicatos filiados para substituir o atual Plano de Equacionamento do Déficit – PED do Plano Petros 1 - PP1. Além de novas informações sobre ações jurídicas, sua AMS e muito mais.

ALERTA

Cuidado com os empréstimos fáceis



ciadas, oferecendo empréstimos.

Essas pessoas, geralmente duas mulheres, incentivam a categoria a saírem do Convênio Petros/INSS para conseguir empréstimo consignado junto ao INSS, e, para isso, ainda cobram taxas abusivas.

Um aposentado relatou ao sindicato que saiu do Convênio Petros/INSS para fazer um empréstimo de R\$ 27 mil, mas só levou o valor

de R\$ 21 mil, pois teve que abrir mão de R\$ 6 mil, segundo a financeira, a título de taxa administrativa.

Além dessa taxa (abusiva), o apo-

sentado continua pagando as prestações do empréstimo, com juros.

O Sindipetro foi informado ainda que o prejuízo é bem maior, pois é cobrada uma taxa de 15% para fazer o desligamento junto ao Convênio Petros/INSS, para que a pessoa possa usufruir do empréstimo.

Muitos petroleiros e petroleiras acabaram adquirindo esse tipo de empréstimo, o que causa uma grande preocupação. Ao se desligar do Convênio, o assistido ou assistida passa a pagar a Fundação por meio de boletos, muitas vezes gerando atrasos – há casos daqueles que até se esquecem de pagar ou não recebem o boleto, o que aumenta sua dívida com a Petros.

O Sindipetro não tem nenhuma responsabilidade sobre as negociações, que porventura, possam ser feitas entre seus associados e essas pessoas que oferecem empréstimos, e não têm nenhum vínculo com a entidade sindical.

Todo cuidado é pouco.

O Sindipetro Bahia alerta aos aposentados e pensionistas para que fiquem atentos às pessoas que estão rondando a área da sede do sindicato e abordando os associados e asso-

Visual novo

O Sindipetro Bahia vai começar o ano de 2019 com novidades na imagem visual da entidade sindical. No próximo Petrolino, você vai conhecer a nova marca e identidade do seu sindicato. Aguarde.



Adeus ao companheiro Nascimento

O Sindipetro Bahia informa e lamenta o falecimento do seu associado, Adival Manoel do Nascimento. Ele faleceu no dia 7/12, vítima de um aneurisma abdominal. Petroleiro aposentado, Nascimento trabalhou no antigo prédio da Jequitaia, no almoxarifado, e frequentava muito a sede do Sindipetro, participando das mobilizações e atividades da entidade sindical. Ele deixa mulher, dois filhos, dois netos, e também saudades nos muitos amigos que fez em vida. A diretoria do Sindipetro presta solidariedade à família do companheiro nesse momento de dor.

